



Centro Universitário de Brasília

Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD

PATRÍCIA SOUSA GOMES

Memória como elemento de crise

Como a Revista Veja recorreu ao racionamento de energia do ano de 2001 em reportagens uma década depois

Brasília

2013

PATRÍCIA SOUSA GOMES

Memória como elemento de crise

Como a Revista Veja recorreu ao racionamento de energia no ano de 2001 em reportagens uma década depois

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB – ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, na área de Gestão da Comunicação nas Organizações

Orientador: professor Me. Luiz Cláudio Ferreira

Brasília

2013

PATRÍCIA SOUSA GOMES

Memória como elemento de crise

Como a Revista Veja recorreu ao racionamento de energia no ano de 2001 em reportagens uma década depois

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB – ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, na área de Gestão da Comunicação nas Organizações

Orientador: professor Me. Luiz Cláudio Ferreira

Banca Examinadora

Professor Luiz Cláudio Ferreira

Orientador

Examinador

Examinador

Brasília

2013

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais e irmãos e especialmente aos meus sobrinhos João Vinicius e Ana Júlia, duas crianças que são presentes de Deus e luz a me guiar. Dedico também às minhas amigas da pós (Tinna, Neyfla, Natália e Cristiane), companhias maravilhosas que deixaram as aulas de sexta e sábado ainda mais agradáveis.

AGRADECIMENTOS

A Deus, criador de tudo e fundamento da minha vida.

Aos meus pais, irmãos e sobrinhos, meu porto seguro.

Ao professor Luiz Cláudio Ferreira pela competência, profissionalismo, tranquilidade e excelente orientação.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo analisar o discurso da revista Veja a respeito do baixo nível dos reservatórios no final de 2012 e início de 2013. Para isso, foram selecionadas três reportagens publicadas entre dezembro de 2012 e janeiro de 2013, nas quais a revista compara os fatos com os acontecimentos de 2001 e sugere uma nova crise no setor elétrico, com a possibilidade de racionamento de energia. Em 2001, houve um bom relacionamento do governo com a imprensa e o racionamento foi suspenso antes do prazo estabelecido. Nesse contexto, o presente trabalho também busca mostrar que as assessorias de imprensa das organizações precisam estabelecer uma boa interação com os veículos de comunicação, pois eles constantemente se utilizam da memória para reavivar o passado ou suscitar novas crises.

Nesse contexto, chegou-se a conclusão que a revista Veja abordou de forma parcial o assunto, pois não levou em consideração os investimentos feitos no setor elétrico ao longo de dez anos e assim trouxe a tona novamente uma crise gerada em outro cenário mais crítico. São poucos os trechos da reportagem que trazem dados oficiais, como o aumento da oferta de energia, o crescimento das termelétricas, etc. Outro fato constatado é que a partir do momento que o racionamento começa a perder força devido ao aumento do nível dos reservatórios, a revista retoma outros gargalos do setor, como o atraso das obras e o alto custo das termelétricas.

Ficou evidente que a publicação busca a todo custo gerar uma nova crise e age dessa forma porque vive do inusitado, do que pode causar uma comoção na sociedade. Em suma, as assessorias de imprensa precisam sempre manter um bom relacionamento com os veículos de comunicação, ora para preservar a imagem da instituição, ora para cumprir o seu papel, no caso do serviço público, de prestar um bom serviço ao cidadão.

Palavras-chave: comunicação organizacional, assessoria de imprensa, gerenciamento de crise, memória, mídia, setor elétrico, revista Veja

ABSTRACT

This course conclusion work aimed to analyze the discourse of *Veja* magazine about low reservoir level in late 2012 and early 2013. For this purpose, three articles published between December 2012 and January 2013, in which the magazine compares the facts with the events of 2001 and suggests a new crisis in the power sector, with the possibility of rationing selected. In 2001, there was a good relationship with the press and rationing was suspended before the deadline. In this context, this paper seeks to show that the press offices of the organizations need to establish a good interaction with the media, as they constantly use to revive the memory of past or new food crisis.

In this context, it can be concluded that *Veja* Magazine approached the issue partially, when it did not consider the investments made in the electric sector throughout ten years and with this brought to light a crisis emerged in a more critical scenario. There are few statements of the news reported that brought official data, as the energy's offer increase, the thermo electric's rise, etc. From the moment that the rationing start to weaken when the reservoir's level arise, the magazine bring back different bottlenecks from the sector, as the delay of the constructions' work and the high cost of the thermo electric's plants.

It is clear that the magazine tries at all cost to create a new crisis and acts this way because depends on the unusual, on what can cause commotion in society. The fact is the press offices always need to maintain a good relation with the media, either in order to preserve the institution's image, or to fulfill its role, that in the case of public service, to provide the citizen with the correct information.

Keywords: organizational communication, press office, crisis management, memory, media, electricity sector, *Veja* Magazine

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. Comunicação Organizacional e Assessoria de Imprensa.....	122
3. O que é uma crise	177
4. A crise em questão e a importância da memória	233
5. Metodologia	288
6. Análise da Narrativa da revista Veja	311
7. CONCLUSÃO	400
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	433
9. Anexos.....	444

1. INTRODUÇÃO

Toda organização e até pessoas estão sujeitas às crises, que acontecem a todo o momento sem pedir licença e nem definir um tempo. O problema é que essas crises, se não forem bem gerenciadas do ponto de vista da comunicação, podem provocar uma crise de imagem e, em casos extremos, reverter em prejuízos e causar um problema institucional grave. Além disso, a imprensa recorre à memória de outros acontecimentos do mesmo gênero para um fato presente. Com a Internet, a memória ficou ainda mais acessível.

Na maioria das vezes, as assessorias de imprensas das instituições ou empresas contratadas são responsáveis por gerenciar as crises sob a ótica da comunicação. Se bem gerenciada, se forem apontadas as dificuldades e mantido um diálogo franco com a sociedade, a crise pode representar uma boa oportunidade para reverter a imagem negativa da instituição adquirida naquele momento.

Nesse contexto, um ponto fundamental é a ausência de uma cultura de prevenção de crise. Em muitos casos, os profissionais se limitam às relações com a imprensa, esquecem outros públicos importantes e deixam de prever medidas para impedir a crise, o que evitaria desgaste na mídia. Geralmente, a comunicação é chamada quando o fato negativo está consumado e isso poderia ser evitado com um bom gerenciamento de risco.

Do trabalho da assessoria, surge o relacionamento por vezes controverso com a imprensa, já que os interesses da organização e dos veículos de comunicação muitas vezes se divergem. Isso porque, segundo

Duarte (2002), o jornalismo contemporâneo desenvolveu sua própria forma de abordar a realidade, que se manifesta por meio da notícia em que o jornalista universaliza o não comum, o surpreendente e o novo para apresentá-lo em linguagem acessível a um público disperso e heterogêneo. Segundo Duarte (2002), “o negócio da imprensa não é promover pessoas ou organizações. Em vez de promoção, a imprensa precisa oferecer informações independentes, autônomas, críticas, confiáveis, capazes de explicar a vida social”.

O fato é que a controvérsia entre assessorias de imprensa e mídia se dá principalmente quando a fonte, ao ler o resultado de sua entrevista, em forma de notícia, percebe que as informações não foram transmitidas do modo como se imaginava. Em se tratando de uma crise, dependendo do tema, essas informações são ainda mais distorcidas e distantes da realidade, principalmente quando não há uma comunicação ativa e o abastecimento contínuo com informações no momento certo.

Assim como todas as instituições, o setor elétrico está sujeito a crises que muitas vezes envolvem diversos atores, como a crise do racionamento de energia em 2001, que movimentou o Ministério de Minas e Energia, o Operador Nacional do Sistema elétrico, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), entre outros entes do setor. Na época, o Brasil passava pelo período de mais baixo índice pluviométrico dos últimos 70 anos e os reservatórios de água das usinas hidrelétricas, responsáveis por 97% da energia gerada no país, chegavam a limites mínimos.

O fato é que a causa determinante da crise, entre outras apontadas, foi a sucessão de alguns anos de poucas chuvas e o aumento na demanda de

energia, pois na década de 90 o consumo cresceu 4,1%, enquanto a geração aumentou apenas 3,3%. A gravidade do problema desencadeou matérias alarmantes na mídia, que indicavam um caos, com cidades inteiras sem energia, trânsito caótico e impossibilidade de fazer tarefas simples no dia-a-dia, como, por exemplo, tomar um banho. A Revista Veja, de maior circulação nacional, abordou o assunto de forma bastante alarmante e sensacionalista.

No final de 2012 e início de 2013, as poucas chuvas e o baixo nível dos reservatórios ameaçaram novamente o setor elétrico e a revista Veja afirmou que havia a possibilidade de um novo apagão e consequente racionamento no país. Nesse contexto, a publicação comparou, em todas as suas matérias, os fatos de 2012 e 2013 com os acontecimentos de 2001 provocando uma grande preocupação da sociedade em relação a um possível novo apagão. Dessa forma, o presente estudo tem o objetivo de analisar reportagens da Veja e como a revista comparou os episódios de 2001 com 2012 e 2013.

2. COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E ASSESSORIA DE IMPRENSA

Nas décadas de 1970 e 1980, a comunicação já assumia a escala de posicionamento estratégico nas organizações. De acordo com Torquato,

A comunicação resvalava para outros terrenos e espaços, ampliando o escopo e adicionando novos campos ao território da comunicação empresarial. Sindicatos, associações, federações, confederações, agremiações, escolas, clubes e partidos políticos passaram, de maneira intensa, a usar as ferramentas da comunicação. A área pública também avançou muito no sentido da profissionalização de suas estruturas de comunicação. (TORQUATO, 2002, p.1)

No entanto, foi com a globalização, em 1990, que as organizações sentiram a necessidade de interagir estrategicamente com o meio ambiente e a competir em um mercado aberto a novos conceitos e demandas. A globalização propiciou, ainda mais, a abertura do universo da locução e a mídia especializada, por sua vez, passou a exigir novos comportamentos e atitudes por parte das empresas. Não se aceita mais a postura do encolhimento, ou seja, tanto a imprensa quanto a sociedade exigem uma resposta rápida por parte das organizações.

Neste início de milênio, a sociedade organizada – em quase todas as partes do mundo – procura fazer valer, por todos os meios e maneiras, seus interesses e pontos de vista junto aos Poderes Públicos. Afinal de contas, é ela, sociedade, que transfere a eles, mandatários de funções públicas, o seu poder. E as organizações, tanto privadas quanto públicas, finalmente se descobrem como integrantes da sociedade, como entes sociais que também precisam ter voz e vez na democracia. Dessa forma, descobrem na comunicação a ferramenta para interagir com a sociedade, dando informações exigidas pelos cidadãos. (TORQUATO, 2002, p.9).

O fato é que, nesse contexto de uma sociedade civil mais organizada e consciente de direitos e deveres, a comunicação se fortaleceu no âmbito das administrações públicas e ganhou cada vez mais relevância, com a incorporação de vários núcleos, como relações públicas, publicidade, comunicação interna e assessoria de imprensa, que representa o principal elo

entre instituição e mídia. Duarte (2002) aponta que a imprensa foi identificada como o grande instrumento, o caminho mais curto para agir sobre a agenda pública, informar e obter uma imagem positiva.

Diante dessa importância, as organizações fortaleceram as suas assessorias e passaram a buscar profissionais para estabelecer ligações com a imprensa e produzir instrumentos de comunicação, como boletins, jornais, revistas, vídeos, rádios internas, etc. Dessa forma, os jornalistas, que enfrentavam uma onda de enxugamento nas redações, aproveitaram a oportunidade e integraram as assessorias, que passaram a ser núcleo fundamental e estratégico dentro do universo da comunicação integrada das organizações.

A boa atuação de uma assessoria aumenta a visibilidade pública da organização e pode trazer efeitos mercadológicos e políticos predeterminados. Por perceber isso é que, cada vez mais, instituições brasileiras têm interesse em divulgar suas atividades e propostas pelos meios de comunicação, buscando influenciar a opinião pública. Já a imprensa não apenas utiliza as informações como parte do processo natural de captação da notícia, divulgando o que a organização deseja (se passar pelos mecanismos de filtragem), mas também agrega ao noticiário seu aval, mostrando aquilo em que acredita e, num círculo vicioso, dando credibilidade à notícia que veicula. (DUARTE, 2002, p.90)

2.1. O que é uma assessoria de imprensa

Segundo Martinez (2002), as assessorias de imprensa jamais trabalham com a atividade da natureza final da empresa.

Ela é sempre uma área de trabalho que é um facilitador e um vendedor da imagem da empresa, mas não se encaixa na rotina de sua produção, pelo contrário, tem uma lógica e rotina próprias. A assessoria de imprensa vive da informação, portanto, começa o dia com a leitura dos principais jornais e dos clippings dos meios eletrônicos; conversa com o presidente da organização sobre as notícias publicadas sobre a empresa, como saíram e sua repercussão; chama a atenção para as notícias de conjuntura que devem ser lidas e às questões que a empresa não pode ignorar; define as ações do dia segundo as necessidades de divulgação da

empresa; define as tarefas com sua equipe; checa as notícias de interesse da empresa e procura descobrir sua origem para dimensionar o grau de credibilidade das fontes; dá seguimento aos trabalhos de rotina: captação de informações e notícias, dentro da empresa, de interesse e visibilidade para o grande público; procura oportunidade para colocar sua empresa em evidência; marca entrevistas e checa a conveniência do jornalista falar com o presidente, um diretor ou algum dos técnicos da empresa; abre espaço na mídia para a empresa ocupar, seja como fonte, seja como foco principal da matéria; desenvolve o melhor plano de mídia possível para seus produtos e atende aos jornalistas que procuram informações ou querem falar com os dirigentes da empresa. (MARTINEZ, 2002. p. 229)

Os autores Kopplin e Ferraretto (2001) apontam ainda que o conceito de assessoria de imprensa está associado a dois aspectos fundamentais: a necessidade de se divulgar opiniões e realizações de um indivíduo ou grupo de pessoas e a existência daquele conjunto de instituições conhecidas como meios de comunicação de massa. Para fazer essa ponte entre instituição e imprensa, é preciso conhecimento e profissionalismo.

Empresas contratam jornalistas para suas assessorias de imprensa. Profissionais fazem a divulgação de atividades na área de cultura. Sindicatos de trabalhadores organizam assessorias de imprensa. As Als, em meio à crise econômica dos anos 90, aparecem como o grande mercado de trabalho para jornalistas. Ao longo dos últimos 300 anos, portanto, o desenvolvimento dos serviços de assessoria de imprensa pode ser resumido em quatro correntes fundamentais: jornalismo empresarial, jornalismo de assessoramento sindical, de assessoramento político e de assessoramento cultural. (KOPPLIN e FERRARETO, 2001, p.23)

Podemos dizer que nos últimos anos também houve um crescimento intenso das assessorias de imprensa no governo federal. Elas estão cada vez mais estruturadas, com profissionais, equipamentos e recursos orçamentários previstos em lei. As assessorias dos órgãos federais possuem características

peculiares, tendo em vista a exposição a que estão sujeitos os órgãos do governo e ainda sob os olhos da opinião pública.

A agilidade e rapidez de atuação dessas assessorias têm de ser bem maiores. O governo não fecha depois das cinco, seis horas da tarde: as autoridades estão 24 horas no ar, e da mesma forma, seus assessores; o telefone celular passa à categoria de instrumento de maior importância, sempre ligado e à disposição dos colegas de imprensa; o assessor transforma-se em canal e anteparo para ministros e secretários, um **airbag** que arrefece o impacto de denúncias e ajuda a pensar na melhor estratégia para arrefecer crises; o discurso, a fala das autoridades é cuidadosamente planejada e articulada, bem como o quando e como divulgar. Desse ponto de vista, podemos dizer que as assessorias de governo têm largo conhecimento e grande expertise no planejamento de suas mídias; o assessor lida mais com um caráter político da comunicação, uma vez que a atuação dos órgãos federais é de discussão e definição, com os diversos segmentos da sociedade, de medidas e políticas de alto grau de interferência sobre os mais diversos grupos e públicos; o dia do assessor só tem hora para começar. (MARTINEZ, 2002, p.232)

Apesar do destaque adquirido pelas assessorias na esfera pública, alguns ministérios, secretarias e autarquias ainda contam com estruturas mínimas e precárias, o que representa um retrocesso no mundo atual, já que a comunicação deve ser estratégica dentro de uma instituição.

A comunicação de governo tem de ser vista como política pública, fundamental e necessária, já que o Estado é responsável pela administração e desenvolvimento de uma série de serviços públicos. Daí os ministérios de atendimento eminentemente social, como os da Saúde e da Educação, terem gordos orçamentos e amplas estruturas de comunicação. Esses órgãos precisam executar suas ações finalísticas e torná-las públicas, seja pela contratação de mídia paga, seja utilização de mídia espontânea. (MARTINEZ, 2002, p.31)

O grande problema é que vários órgãos públicos, principalmente os que não possuem uma boa assessoria de imprensa só percebem a importância desse núcleo nos tempos de crise, quando já há um desgaste da imagem da instituição na mídia. Nesse momento, costuma-se adotar duas atitudes: ou se

contrata uma empresa para gerenciar a crise sob a ótica da comunicação ou se improvisa com a ajuda dos profissionais internos, mas sem medidas eficazes, sem uma cultura de prevenção de crise. O fato é que, com ou sem profissionalismo, é preciso agir: a organização deve tomar medidas para no mínimo reverter a situação ou, em uma visão macro, para que a crise se torne uma oportunidade.

3. O QUE É UMA CRISE

De acordo com Forni (2002), crise é “qualquer evento negativo que escape ao controle da empresa e se torne público, a partir do interesse da mídia pelo assunto”.

“No mercado, admite-se como crise (do ponto de vista da comunicação) acontecimentos que, pelo seu potencial explosivo ou inesperado, têm o poder de desestabilizar organizações e governos e suscitar pauta negativa. São acidentes, denúncias, violação de produto, assaltos, crime envolvendo a empresa ou seus empregados, processo judicial, concordata ou crise financeira, reclamação grave de cliente ou fatos semelhantes”. (FORNI, 2002, p. 373).

As crises não têm uma hora marcada para acontecer, sua característica mais perigosa é a surpresa: pode ser uma desprestigiada ou sutil nota plantada, pode vir de um desafeto, ex-empregado ou até mesmo de especialistas que fazem inúmeras especulações sobre temas técnicos e científicos. E o mais importante é a velocidade com que as informações circulam, principalmente em tempos de tecnologia e internet, o que exige uma resposta rápida por parte das assessorias, já que muitas vezes a imprensa fica sabendo dos acontecimentos negativos antes dos próprios interessados.

Em tempos de crise institucional, o relacionamento com a imprensa fica mais intenso e rotineiro, já que os assessores precisam abastecer os jornalistas com informações no tempo em que eles necessitam. Em muitos casos, essa relação acaba ficando bastante controversa, tendo em vista os interesses da imprensa e da organização. Na verdade, a mídia alimenta-se da crise, há uma tendência para que a informação dê lugar ao espetáculo.

“A imprensa vive do inusitado, da diferença, do conflito. Os meios de comunicação são extremamente competitivos. E uma crise ou o

desencadear dela é o cardápio ideal para o “furo” tão desejado no concorrente. A crise passa pelos meios de comunicação, porque eles instalam-se nas “grandes encruzilhadas da atualidade”. A mídia transforma-se no grande arauto reverberador, não apenas dos *fait divers*, que são notícia, mas também dos recados de políticos e homens de negócio que sabem muito bem utilizá-la como instrumento de poder, de coerção e de “fritura” dos desafetos ou inimigos políticos. Ao fazer mau uso da imprensa, influenciando até o comportamento da sociedade, aqueles que sabem melhor “manipular” esse meio acabam contribuindo para desestabilizar empresas e até governos”. (FORNI, 2002.p.373).

3.1. Ferramentas de gestão

Quando surge uma crise, é importante que a instituição assuma o controle e transmita as informações corretas, sem distorções, de forma que a imprensa não controle a situação, a ponto de ficar mais difícil ainda solucionar o quadro. Segundo Forni (2002), “adotar uma atitude realista e não tentar minimizar os fatos são ações que podem esvaziar ou minimizar a crise. A rapidez e a transparência em situações de crise pode até mesmo reverter o problema”.

Uma das alternativas que mostra a sensibilidade da organização para com o problema é a criação de um comitê de crise, que geralmente inclui o presidente, o departamento jurídico, as áreas de comunicação e o setor diretamente envolvido com o tema. Corrado (1994) separa a equipe de crise em três segmentos: altos executivos, grupo de apoio (especialistas, técnicos, gerentes de qualidade, recursos humanos e meio ambiente) e comunicações. Esse comitê deve ser acionado assim que ocorrer uma crise ou que o cenário aponte para o problema. Em relação às providências que precisam ser tomadas, Forni (2002, págs 375 a 380) e Rosa (2003, p. 159) elencam algumas:

a) Eleger um porta-voz

Deve ser eleito um único porta-voz, que passe credibilidade, tenha treinamento para lidar com a imprensa e conheça profundamente a própria empresa e o problema.

“Ao definir esse porta-voz, optar de preferência por alguém que tenha domínio e controle sobre o negócio da empresa; habilidade para ouvir; expressar-se; para manter-se calmo, sob forte pressão; postura e boa aparência e, mais importante, transpire credibilidade”. (Forni, 2002, p.375)

b) Quem é meu público

Com a velocidade que as informações circulam, muitas vezes o público interno fica sabendo das notícias por meio da imprensa, porém a organização deve definir uma forma de comunicar ao público mais sensível e interessado, que é o público interno. Segundo Forni (2002), “ele precisa ser informado imediatamente de qualquer ato que implique ameaça à imagem da empresa. Se não existir o engajamento do público interno, a empresa terá dificuldades para convencer a opinião pública”.

c) Agir com rapidez e objetividade

Rosa (2003) aponta que é preciso fornecer as informações no tempo em que a imprensa solicita e tomar as primeiras providências, sem que haja burocracia e lentidão na emissão dos esclarecimentos iniciais.

d) Jogar às claras

Segundo Rosa (2003), não se pode mentir, é preciso eleger a verdade como valor básico, pois meias verdades e relativizações podem aumentar o pânico e a reação da sociedade.

e) Facilitar o trabalho da imprensa

Rosa (2003) lembra que, dependendo do assunto e da dificuldade em explicar a linguagem técnica, é preciso simplificar, com ferramentas de comunicação, como *papers*, vídeos, infográficos e até visitas aos locais de atuação da organização ou de foco da crise.

Não há uma fórmula, uma receita pronta, pois cada organização tem um campo de atuação e uma crise mais ou menos intensa, que acabam determinando as ações a serem tomadas. No entanto, existem algumas ações elementares que não podem ser utilizadas no estopim do problema. De acordo com Forni (2002), não se pode deixar o jornalista sem retorno quando procura alguém sobre matéria negativa, pois ele se sente no direito de publicar sob a alegação de que procurou a instituição e não obteve resposta. O autor também ressalta que não é recomendável omitir-se quando existe uma crise instalada, pois isso dá ao jornalista o direito de escrever o que bem entende.

“Desmentir, se for o caso, ou admitir, quando o fato é irreversível, informando as providências tomadas. Ignorar uma pauta pode significar para o jornalista o medo da empresa em se explicar, o que supõe culpa. Essa culpa presumida exacerba a apuração do jornalista e transforma uma matéria, às vezes fria, em uma grande pauta. Ou seja, a reportagem toma uma dimensão que não precisaria tomar”.
(Forni, 2002, p. 370-371)

Outro equívoco apontado pelo autor é partir para a retaliação, com o acionamento da justiça ou procurando o repórter pessoalmente para esclarecer a matéria.

f) Clipping

Uma importante ferramenta para saber como a instituição está sendo apresentada à sociedade pela imprensa e até mesmo se a crise vem sendo “bem administrada” é o clipping. Duarte (2002) define o clipping como uma das atividades mais típicas de uma assessoria, que consiste em identificar rotineiramente na imprensa as citações sobre a organização ou temas previamente determinados, organizá-las e encaminhá-las para conhecimento dos interessados.

“O clipping ajuda na caracterização do ambiente externo, na identificação e antecipação por demandas de informação e até no posicionamento e estratégias de concorrência, subsidiando o processo de tomada de decisões. O trabalho é realizado pelo próprio assessor, por alguém da equipe, estagiários ou por meio da contratação de empresas especializadas. Em geral é feito apenas em jornais, revistas e internet, já que o serviço rotineiro de clipping de rádio e televisão (chamado clipping eletrônico) é trabalhoso ou tem custo alto, se terceirizado”. (DUARTE, 2002, p. 243)

g) Entrevista Coletiva

Outro importante instrumento utilizado é a entrevista coletiva, principalmente em épocas de crise, quando muitos jornalistas procuram a organização ao mesmo tempo. A sequência de uma coletiva consiste em apresentar as regras (como serão feitas as perguntas, critérios na sequência, duração e outros aspectos que possam gerar conflitos ou dúvidas), apresentação da fonte, exposição do tema, questionamentos, encerramento e,

dependendo das circunstâncias, entrevistas individuais. Duarte (2002) aponta cuidados importantes que devem ser tomados antes das coletivas, como a preparação das fontes.

“A boa preparação da fonte é fundamental, como treino para responder a perguntas até mesmo embaraçosas. É natural que os jornalistas fiquem interessados em complementar as informações após a coletiva e isso deve ser levado em consideração no planejamento”. (DUARTE, 2002, p. 246)

h) Nota a imprensa

Essa é uma ferramenta essencial quando as crises repercutem na mídia, pois representa um posicionamento oficial e esclarecedor, além disso, evita a chance de boatos, dúvidas e pressões por informação. Segundo Duarte (2002), a nota também pode ser utilizada como estratégia para evitar a exposição de um representante da organização e limitar a repercussão.

4. A CRISE EM QUESTÃO E A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA

Assim como todas as instituições, o setor elétrico está sujeito a crises que muitas vezes envolvem diversos atores, como a crise do racionamento de energia em 2001, que movimentou o Ministério de Minas e Energia, o Operador Nacional do Sistema elétrico, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), entre outros entes do setor. Na época, o Brasil passava pelo período de mais baixo índice pluviométrico dos últimos 70 anos e os reservatórios de água das usinas hidrelétricas, responsáveis por 97% da energia gerada no país, chegavam a limites mínimos. O fato é que a causa determinante da crise, entre outras apontadas, foi a sucessão de alguns anos de poucas chuvas e o aumento na demanda de energia, pois na década de 90 o consumo cresceu 4,1%, enquanto a geração aumentou apenas 3,3%.

A gravidade do problema desencadeou matérias alarmantes na mídia, que indicavam um caos, com cidades inteiras sem energia, trânsito caótico e impossibilidade de fazer tarefas simples no dia-a-dia, como, por exemplo, tomar um banho. Segundo Rosa (2003), a gravidade da crise era amplificada na mídia.

A leitura dos jornais passava a ideia de que o país caminhava inexoravelmente para um encontro com o caos – falava-se de cidades inteiras sem eletricidade por até cinco horas, sinais apagados agravando ainda mais o trânsito caótico nos grandes centros urbanos e a ameaça de precisar abrir mão de vários confortos da vida moderna – do banho quente ao elevador. (ROSA, 2003, P.156)

A mídia despertou tanto interesse pela crise energética que, de acordo com Rosa (2003), todos os 200 lugares do auditório do Palácio do Planalto estavam ocupados no dia 11 de maio de 2001 para a entrevista coletiva sobre o racionamento.

O início da coletiva foi tumultuado. Preparamos 150 kits de imprensa – uma pasta com o selo Energia Brasil, que continha press-releases com dados técnicos, blocos de notas e cartilhas – mas faltou material. Eram esperados 80 jornalistas, tendo em vista outras coletivas organizadas pelo Ministério das Minas e Energia. Fizemos o dobro de pastas, já prevendo o interesse acima do normal. Chegando lá havia uns 500 profissionais da imprensa – além dos que normalmente cobriam a Presidência da República, repórteres econômicos e outros deslocados pelos diversos meios de comunicação. (ROSA, 2003, p.157)

Quando há uma crise dessa magnitude, a imprensa tende a ser bastante sensacionalista, seja para “vender jornal”, seja para gerar uma insegurança e expectativa na população, o que acaba deixando o problema maior do que ele é. Esse jornalismo sensacionalista começou ainda no século XX.

A vertente sensacionalista justifica-se porque, para cumprir a função sociabilizadora, educativa, devia-se atingir o público, envolvê-lo para que lesse até o fim e se emocionasse. Precisava-se abordar temas que o empolgassem. O paradigma para isso era a literatura novelesca: o sentimentalismo, para as moças; a aventura, para os jovens; o exótico e o incomum, para toda a gente. A realidade deveria ser tão fascinante quanto a ficção e, se não fosse, era preciso fazê-la ser. (LAGE, 2001, p.15)

Nessa mesma época nasce a reportagem e seu instrumento, o repórter. Descobriu-se a importância dos títulos, dos furos ou notícias em primeira mão, pois o jornal que publicasse primeiro o relato de um fato de interesse público seria lido no lugar dos concorrentes. Com a figura do repórter, já não se podia

mais guardar segredo e ele era cada vez mais convocado para atuar na sociedade.

Repórteres passaram a ser bajulados, temidos e odiados. A reportagem colocou em primeiro plano novos problemas, como discernir o que é privado, de interesse individual, do que é público, de interesse coletivo; o que o Estado pode manter em sigilo e o que não pode: os limites éticos do comércio e os custos sociais da expansão capitalista. (Lage 2001, p.16)

Segundo Rosa (2003), no intuito de “conter” o sensacionalismo midiático durante a crise energética, foi montada uma Câmara de gestão de crise, da qual participava a empresa *Propeg*, responsável pela comunicação da crise. Paralelamente havia a comunicação de governo para mostrar as realizações no setor elétrico e as hidrelétricas que estavam ficando prontas. Segundo relata Rosa (2003), era preciso reforçar o lado positivo e passar a mensagem que a população devia fazer a sua parte, pois o governo estava fazendo a sua. Foi criada a marca “Energia Brasil”, com o objetivo de passar uma mensagem positiva, de reconstrução, de necessidade de “economizar energia” para o Brasil não “apagar”.

De acordo com Rosa (2003), as principais iniciativas utilizadas pelos responsáveis pela comunicação da crise foram a utilização de uma linguagem simples; a superação e não apenas o apontamento das dificuldades; enxergar a crise como oportunidade e o tratamento da mídia não como adversária, mas como uma parceira num esforço de utilidade pública. Diante de todas essas atitudes tomadas, o racionamento tornou-se um exemplo de sucesso da própria comunicação de governo e de uma campanha que se tornou modelo de administração de crise para qualquer gestor público.

A meta de 20% de racionamento no consumo residencial foi alcançada e mantida durante toda a fase crítica da crise. Em setembro choveu e as medidas começaram a ser abrandadas. Houve uma queda de consumo bastante expressiva, o que fez com que as usinas dessem conta do recado mesmo com pouquíssima água para girar as turbinas. Em 14 de dezembro de 2001, dois meses e meio antes da suspensão oficial do racionamento, o ministro Pedro Parente fez um pronunciamento oficial à nação anunciando que o Brasil não iria apagar. (Rosa, 2003, p.175).

Apesar do sucesso da gestão e da comunicação da crise em 2001, o fato voltou a ser mencionado pela imprensa no final de 2012 e início de 2013, quando as poucas chuvas e o baixo nível dos reservatórios ameaçaram novamente o setor elétrico. Nesse contexto, a revista *Veja* comparou, em todas as suas matérias, os fatos de 2012 e 2013 com os acontecimentos de 2001 provocando uma grande preocupação da sociedade em relação a um possível novo racionamento.

O fato é que a imprensa utiliza a memória como um elemento de crise no intuito de comparar, relembrar fatos que não vão necessariamente ocorrer devido ao novo contexto, a uma nova situação como foi a de 2012 e 2013, em que a matriz energética brasileira estava bem mais diversificada, com muito mais oferta de energia do que há 11 anos. Essa “retomada” dos fatos se explica diante da facilidade em resgatar os acontecimentos, principalmente em tempos de novas tecnologias e dependência da internet.

“O jornalismo é memória em ato, memória enraizada no concreto, no espaço, na imagem, no objeto, atualidade singularizada, presente vivido e transformado em notícia que amanhã será passado relatado. Um passado relatado que, no início, renovava-se a cada dia, e com o advento do rádio, da televisão e da web, tornou-se relato contínuo e ininterrupto nas coberturas jornalísticas 24 horas por dia e sete dias por semana”. (PALACIOS, 2010, p. 41).

A memória é bastante utilizada seja para produzir peças de caráter comemorativo, como aniversários de eventos ou pessoas, seja para sinalizar o fim de uma trajetória, como em obituários. Além disso, recorre-se bastante a memória com o objetivo de reconstruir ou destruir o presente: caso da retomada da crise energética de 2001.

“A memória entra em ação de maneira recorrente, de modo quase natural, na produção do relato da atualidade, seja como ponto de comparação do evento presente com eventos passados (sejam localizados em um passado recente ou mais remoto), como oportunidades de analogias, como convites à nostalgia, ou mesmo através da apresentação do presente como elemento para desconstruir e tornar a construir, sob a luz de novos fatos, os acontecimentos do passado”. (PALACIOS, 2010, p. 42)

No próximo capítulo, identifico procedimentos metodológicos de análise.

5. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos incluem a análise da narrativa jornalística de três reportagens publicadas pela revista *Veja* entre dezembro de 2012 e janeiro de 2013. Nas publicações, a revista resgatou os acontecimentos de onze anos atrás para sugerir um novo racionamento de energia e uma consequente crise dentro do setor elétrico.

Segundo Motta (2005), existe o movimento denominado recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico, em que “assuntos aparecem e permanecem na mídia por períodos consecutivos curtos ou longos. Outros surgem, se interrompem por alguns dias, semanas ou meses, voltam novamente mais adiante, alternando sua presença na mídia”.

É analisando a narrativa que pretendo detectar como a imprensa se utiliza da memória, da recomposição como elemento e retomada de uma crise ocorrida no passado.

“Isso ocorre porque o jornalismo processa continuamente uma de – subjetivação linguística dos fatos ao relatá-los de forma fragmentada e objetiva. A análise necessita, portanto, re-subjetivar o discurso jornalístico e faz isso ao reconstruir o enredo integral da narrativa, antes fragmentado em notícias diárias isoladas. A análise começa “colando” e serializando cronologicamente o que antes estava disperso.” (MOTTA, 2005, p. 85)

O objetivo é “juntar as partes”, recapturar os fragmentos das notícias isoladas de 2012/2013 para mostrar como a revista *Veja* recompôs os acontecimentos e, dessa forma, insinuou uma nova crise e formou a opinião

pública acerca de um setor tão importante e fundamental para o desenvolvimento do país como é o setor elétrico.

“É importante observar como operam os encaixes (ganchos) que estruturam o encadeamento dos incidentes fragmentados reportados pelas notícias diárias em sequências cronológicas coerentes. Eles podem revelar aspectos interessantes das estratégias narrativas jornalísticas e dos efeitos de sentido pretendidos: retardamento do desfecho, suspensão temporal na sucessão da história, ritmo da narração, explicações causais e outras atitudes organizativas do texto que vão indicar como o texto pretende ser compreendido pelo leitor-ouvinte (as intenções pragmáticas do narrador). Os ganchos são efeitos de sentido que interligam coisas, criam expectativas, insinuam aos leitores construir certas conexões.” (MOTTA, 2005, p.89)

Para análise da narrativa, estabeleci os seguintes passos:

1º) Apresentar um resumo de como a revista Veja abordou a crise do racionamento em 2001 (quantas matérias foram produzidas e quem foi ouvido nelas)

2º) Apresentar um resumo de como a revista Veja abordou o baixo nível dos reservatórios e a consequente possibilidade de racionamento em 2012/2013 (quantas e quais são essas reportagens)

3º) Mostrar em cada edição como a revista fala sobre o baixo nível dos reservatórios:

-Ela coloca a culpa na falta de planejamento do governo, na natureza?

4º) Observar em cada edição os aspectos do passado:

-Descrever os trechos e demonstrar que em vários momentos a revista diz que o racionamento de 2001 pode acontecer novamente

5º) Identificar em cada edição onde esses aspectos estão incluídos no texto:

- A ideia é mostrar que a revista se utiliza de boxes, gráficos e infográficos para comparar o cenário de 2012/2013 com 2001

6º) Localizar em cada edição onde estão as fontes do governo e quais mensagens principais (ideias força que elas trazem)

7º) Identificar em cada edição quais são as questões que a fonte oficial não responde nas reportagens

6. ANÁLISE DA NARRATIVA DA REVISTA VEJA

6.1) Apresentação

No ano de 2001, a revista Veja trouxe três matérias grandes sobre o racionamento de energia e a consequente crise no setor elétrico. Na primeira delas, de 16 de maio de 2001, o racionamento foi capa com o título: **Blecaute – os apagões podem gerar uma crise social, política e econômica como só os países em guerra enfrentam.**

Em 23 de maio de 2001, a revista traz uma matéria especial com o seguinte título: **A culpa é deles e nós é que (a)pagamos.** E no dia 06 de junho, o assunto é capa novamente da revista com o seguinte título: **O país está muito zangado (pesquisa exclusiva sobre o racionamento de energia elétrica mostra como está o humor do brasileiro em relação ao governo).**

Na edição de 16/5, a revista descreve uma situação de caos e compara o problema a uma guerra. Compara o Brasil a outros países e acusa o governo brasileiro de não ter feito nada para impedir a crise. O Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) na época surge na matéria falando que o problema aconteceu em virtude da falta de chuva. A revista também acusa o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e o Ministério de Minas e Energia de não terem feito nada para amenizar o problema. A reportagem traz uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas e de especialistas para reiterar a tese de que o país estava prestes a viver um verdadeiro caos.

Na edição de 23/05, a revista fala sobre o plano de racionamento para ajudar o país a enfrentar a maior crise de energia da sua história. A revista critica bastante o governo por ter apresentado medidas “radicais” de redução de consumo e elogia a boa vontade dos brasileiros em ajudar, pois já se registrava uma queda de 5% do consumo em São Paulo em comparação com a semana anterior.

Na edição de 6/6, a reportagem aborda basicamente uma pesquisa do instituto Sensus que avaliou o nível de satisfação da população com o governo durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso. Apresentou uma pesquisa do instituto Vox Populi e reiterou várias vezes que o brasileiro estava muito insatisfeito com o governo. A reportagem também mostrou um quadro com a cronologia das atitudes tomadas pelo governo ao perceber o baixo nível dos reservatórios. A revista entrevistou várias personalidades sobre os problemas enfrentados e o futuro do país. Novamente volta a traçar o caos e afirma que a escassez de energia vai frear o crescimento da economia brasileira. Ao final da matéria, traz dicas de economia de energia e cita os equipamentos que mais gastam energia em uma casa.

Na edição de 26/12/2012, a matéria traz o seguinte título: **O racionamento pode vir logo**. Nela, a revista aborda a possibilidade de um novo apagão, como o de 2001, devido ao baixo nível dos reservatórios. Na reportagem, afirma-se que a usina de Furnas está em uma situação dramática, parecida com a situação de 2001.

Na edição de 16/1/2013, a revista traz uma matéria com o título: **Faltou combinar com São Pedro**, na qual fala-se que o governo cortou o custo da

energia em 2012. Mas, com a estiagem, as alternativas caras e as falhas de planejamento, ele deve subir de novo, com ameaça até de racionamento.

Na edição de 23/01/2013, com o título: **Térmicas a todo vapor**, a revista volta a falar que as chuvas, ainda que fracas, conseguiram elevar um pouco o nível dos reservatórios, mas aponta as termelétricas como “salvadoras da pátria” e ao mesmo tempo abordam o alto custo dessas usinas.

6.2) Edição 2301 de 26/12/2012

Na reportagem de 26/12/2012, a revista traz o primeiro elemento de comparação com a crise do racionamento em 2001, ao dizer que a usina de Furnas, uma das principais fontes de eletricidade da região Sudeste, está em seu nível mais baixo desde 2001. E para comprovar a declaração, se utiliza de duas imagens da usina com nove réguas verticais usadas para medir a capacidade da represa, em que é possível concluir que o nível de 2012 é inferior ao da foto de 2001. Logo após apresentar as ideias mencionadas, a revista retoma a crise ao dizer que “a situação já é tão dramática quanto a de outubro de 2000”. E enfatiza que “se as chuvas não se intensificarem na bacia do Rio Grande, a geração de energia de um total de 12 usinas ficará comprometida”.

No segundo parágrafo, a revista afirma que o setor continua na dependência da meteorologia, já que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) afirmou que era preciso chover na intensidade prevista para os reservatórios do Centro-Oeste e Sudeste ficarem com 68% da sua capacidade. Novamente retoma o racionamento ao dizer que “em 2000, por exemplo, não

choveu o suficiente. Veio o racionamento”. Na sequência, traz uma opinião do presidente da CMU Comercializadora, Walter Froes, em que afirma ser “leviano dizer se haveria ou não um racionamento, pois dependemos de uma variável imprevisível: a chuva”. A revista também diz que o país se tornou dependente da água e, para reiterar a ideia, traz um gráfico (pizza) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), no qual as hidrelétricas aparecem como responsáveis por 70% da capacidade de produção de eletricidade.

Na sequência da reportagem, a revista admite pela primeira vez que o cenário de 2012 era diferente de 2000, já que em uma década foram construídas dezenas de usinas termelétricas, movidas a gás e a óleo combustível que acabam sendo acionadas sempre que os reservatórios de água estão em baixa. No entanto, ao mesmo tempo em que ameniza a ideia de um possível racionamento, traz um novo aspecto com o qual a população deveria se preocupar que é o alto custo das termelétricas, já que para mantê-las em funcionamento é preciso desembolsar R\$ 500 milhões por mês, o que é pago pelo consumidor e anularia parcialmente a queda nas tarifas. Porém, a revista não traz nenhuma fala do governo ou especialista para sustentar essa ideia força, uma vez que o custo das termelétricas não anulou a redução tarifária anunciada pelo governo, ou seja, são assuntos totalmente diferentes combinados pela publicação para levantar, por meio do gancho do racionamento, outras crises no setor.

A revista fala sobre fontes de eletricidade no Brasil, mas não traz dados oficiais sobre a expansão da geração no país e diz que os investimentos em novas usinas não acompanharam o crescimento da demanda, o que pode ser

“desmentido” no banco de informações de geração da ANEEL, que mostra a grande expansão da matriz energética brasileira.

Na sequência, a publicação aborda os problemas de atrasos nas obras das termelétricas e linhas de transmissão e novamente traz à tona outros gargalos do setor. Também fala sobre os constantes apagões e retoma a crise de 2001 ao dizer que, “segundo especialistas, o ritmo de crescimento da economia permanece fraco, principalmente na indústria, pois se o PIB estivesse avançando a um ritmo mais acelerado, o país já estaria às portas de um racionamento”. Por fim, diz esperar que não fosse necessário um racionamento, o que frustraria a expectativa de um PIB bastante positivo em 2013.

6.3) Edição 2304, de 16/01/2013

Nessa reportagem, a revista abre o texto misturando os problemas do setor: diz que o governo cortou o custo da energia, mas que com a estiagem, as alternativas caras e as falhas de planejamento, ele deve subir de novo com ameaça até de racionamento. A revista apresenta as respostas oficiais do governo: primeiramente mostra o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, dizendo que considera descabidas as dúvidas sobre o suprimento energético e, em seguida, fala que há grandes chances de o consumidor ser obrigado a economizar energia, pois o próprio Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) admite que essa probabilidade chega a 18,7% no Sudeste e Centro-Oeste, os maiores mercados.

O consultor Mario Veiga, entrevistado pela revista, fala que mesmo a pequena probabilidade de escassez já causa tensão. Ele também estima em 9% o risco de os reservatórios chegarem ao fim da época de chuvas com 10% da capacidade e que, abaixo disso, o sistema ficaria impossível de controlar.

A revista traz as falas do mercado e diz que as ações das companhias do setor elétrico caíram 18% na bolsa de valores e perderam R\$ 37,2 bilhões desde que surgiram os primeiros sinais de estiagem e a decisão do governo de reduzir as tarifas de energia. Ao longo do parágrafo, a publicação admite que as chuvas estejam começando a cair e que poderia realmente não haver um racionamento de energia, mas ao mesmo tempo traz à tona a “outra crise”, que seria o alto custo decorrente do acionamento das termelétricas.

Na sequência, traz apenas a fala da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia (Abradee) afirmando que seria repassado o custo extra de R\$ 5 bilhões para os consumidores devido ao acionamento das térmicas. Em nenhum momento, cita dados oficiais do governo confirmando se realmente esse custo será repassado e se de fato é esse valor de R\$ 5 bilhões. Novamente fala sobre o racionamento de 2001 ao trazer a fala de um professor da Universidade Federal de Itajubá, o qual afirma que as térmicas não podem ser tratadas como vilãs, “pois sem elas e as eólicas todos estariam encurralados como em 2001”. E coloca a culpa do possível racionamento no atraso da entrega de outras 63 térmicas e 75% das linhas de transmissão licitadas desde o governo Lula. A publicação traz uma fala do Diretor do Instituto Ilumina, Roberto Pereira, que diz ser inadmissível o consumidor brasileiro ter que pagar por obras atrasadas, inclusive, pela produção da usina

eólica de Caetité (BA), que está pronta, mas sem escoar energia por falta de linha de transmissão.

A reportagem traz no último parágrafo uma conotação política: afirma que o governo petista criticou bastante o tucano em 2001 e que o racionamento foi fundamental para o PT ganhar as eleições em 2002. E que se não chovesse bastante o debate poderia se arrastar até as eleições de 2014. Ao final da matéria, a revista traz uma entrevista com o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, em que ele descarta totalmente a possibilidade de um racionamento e afirma que se o país apagar será por acidente e não por falta de geração. O ministro é questionado se a presidente Dilma Rousseff vai demiti-lo e ele afirma que não. Também diz que o brasileiro pode usar a energia sem medo. Constata-se que a publicação não explorou a entrevista com o ministro, pois foi uma entrevista curta, em que não foram questionados assuntos técnicos e explorado apenas o viés político.

6.4) Edição 2305, de 23/01/2013

Nessa reportagem, a revista inicia o texto dizendo que as chuvas se intensificaram no início do ano, mas que mesmo assim só seria possível diagnosticar em abril, no fim do período úmido, o quadro para o abastecimento ao longo de 2013 e 2014. A publicação praticamente coloca as termelétricas como “salvadoras da pátria”, já que respondem atualmente por 15% da eletricidade no país. A revista afirma que o uso das térmicas faz parte de um modelo concebido depois da crise energética e do racionamento de 2001, quando ficou evidente a necessidade de aumentar a segurança na oferta de eletricidade. Na sequência, traz dados oficiais da Empresa de Pesquisa

Energética (EPE) mostrando que, no caso das usinas movidas a óleo diesel, o custo de geração foi em média 66% maior do que o da energia produzida em hidrelétricas desde 2005. Em seguida, traz um levantamento da consultoria Andrade & Canellas, que mostra o avanço das termelétricas, saltando de 53 em 2001 para 1100 em 2012. E novamente compara com 2001, ao dizer que “em termos relativos, ao longo de 2001, ano do racionamento, a geração térmica movida a combustíveis fósseis respondeu por 6% do total produzido e, em 2013, o percentual deveria se aproximar dos 20%. A revista apresenta dois gráficos (pizzas) comparando o avanço das termelétricas de 2001 para 2012.

A publicação explica como funcionam as térmicas e passa a explorar esse assunto. Diz que, por pressão de ambientalistas, o governo abriu mão na última década de construir colossos como Itaipu ou Tucuruí, cujas represas servem de poupança para os meses de estiagem. Porém, não traz uma fala oficial do governo para confirmar se realmente não houve construção de usinas, o que pode ser desmentido ao se constatar a construção de grandes usinas nos últimos anos como Santo Antônio, Jirau, Belo Monte, Teles Pires e Sinop. Afirma, ainda, que a capacidade somada de armazenamento de água não acompanha o crescimento do consumo no país, pois no fim dos anos 80 as represas eram capazes de garantir um ano de abastecimento e agora não passa de cinco meses. Na sequência, traz uma fala de um professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo que afirma haver equívocos no planejamento, “pois o país deveria ter um número maior de hidrelétricas, com grandes reservatórios, e de parques de energia eólica, para não precisar utilizar tanto as usinas térmicas”.

Diante da impossibilidade de racionamento, a revista começa a explorar as térmicas e o seu alto custo. Afirma que a despesa será repassada aos consumidores, mas não explica e nem traz dados oficiais da ANEEL, que é o órgão responsável pelo reajuste tarifário anual. Na sequência, o diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Marco Delgado, afirma que as distribuidoras estão tendo dificuldades financeiras, pois precisam pagar a vista pelo uso da energia gerada pelas térmicas. E, por fim, retoma a crise de 2001, ao dizer que uma dezena de termelétricas entrará em operação em 2013 contribuindo para afastar o risco de um novo racionamento.

7. CONCLUSÃO

Todas as instituições estão sujeitas a crises e, quando há um problema de grande relevância, a assessoria de imprensa é núcleo estratégico para gerenciar a crise sob o ponto de vista da comunicação. Na década de 90, as assessorias adquiriram importância significativa e, atualmente, uma organização que não valoriza e fortalece a sua assessoria está fadada ao fracasso, tendo em vista a competitividade e a exigência por parte da sociedade dos seus direitos e respostas rápidas.

O gerenciamento da comunicação em 2001, durante a crise do racionamento de energia, foi fundamental para promover o engajamento da população e a suspensão do racionamento antes do prazo estabelecido. Nesse contexto, houve um trabalho árduo dos envolvidos na época para estabelecer um bom relacionamento com a imprensa, de modo a fornecer as informações no tempo solicitado. Porém, ao mesmo tempo em que a imprensa ajudou a informar a população, ela criou uma preocupação exagerada e fomentou a crise já instalada.

A mesma preocupação foi suscitada pela imprensa no final do ano de 2012 e início de 2013, quando as poucas chuvas fizeram com que os reservatórios chegassem ao nível mínimo. A retomada da crise de 2001 foi levantada pela revista Veja, que publicou três reportagens sobre o assunto, sempre comparando os fatos e indicando que a população deveria fazer um racionamento assim como há 11 anos.

O fato é que, ao abordar o assunto novamente, a publicação não levou em consideração as mudanças no setor elétrico, como a ampliação da matriz energética, maior quantidade de hidrelétricas e térmicas, além de um maior planejamento no setor. Em muitos trechos, a revista não utiliza dados oficiais e combina assuntos diferentes, como a redução tarifária e o acionamento das termelétricas. E quando se utiliza das fontes oficiais, como no caso da entrevista com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, o tema é abordado de forma superficial, não se aproveita para falar da parte técnica e se adota mais um tom político. No entanto, percebe-se que, quando o possível racionamento começa a perder força devido às mudanças no tempo e disponibilidade das térmicas, a revista passa a abordar outros problemas e levantar outras “crises”, como o custo das termelétricas que seria repassado aos consumidores, a redução tarifária que não seria percebida pela população e o atraso das obras.

Pode-se concluir que, independentemente de um bom gerenciamento, a imprensa recorre à memória dos fatos para retomar crises, ainda que o cenário não indique o problema das mesmas proporções como anos atrás. Dessa forma, os gestores, líderes das instituições e assessorias devem estar preparados para lidar com os fatos “reavivados” pela mídia, no sentido de oferecer as informações no tempo solicitado. E ainda que não sejam provocados, devem estimular esse relacionamento, com divulgação de dados e possíveis entrevistas com as fontes. Ainda que não aconteça a mesma crise vivenciada, a imprensa sempre vai procurar novos fatos ou gargalos dentro do setor, já que a mídia vive do inusitado, enfim, daquilo que pode causar comoção na sociedade. As instituições, por sua vez, devem estar preparadas

para esse gerenciamento e, principalmente para ter um bom relacionamento com a imprensa, que é um dos pilares de um país democrático.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUARTE, Jorge (Org). Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a mídia (Teoria e Técnica). São Paulo: Atlas, 2002

KOPPLIN Elisa; FERRATERO Luiz Artur. Assessoria de imprensa: teoria e prática. Porto Alegre, 1996

LAGE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001

PALACIOS, Marcos. Convergência e memória: jornalismo, contexto e história, São Paulo, n. 1, p. 37- 50, jul/dez. 2010

ROSA, Mario. A Era do Escândalo. Lições, relatos e bastidores de quem viveu as grandes crises de imagem. São Paulo: Geração Editorial, 2003

TORQUATO, Gaudêncio. Tratado de Comunicação Organizacional e Política. São Paulo: Cengage Learning, 2010

Revista Veja – Editora Abril – Edição 2301, de 26/12/2012

Revista Veja – Editora Abril - Edição 2304, de 16/01/2013

Revista Veja – Editora Abril - Edição 2305, de 23/01/2013

9. ANEXOS



O nível dos reservatórios das hidrelétricas da Região Sudeste não era tão baixo desde o racionamento, em 2001. Uma das situações mais críticas está na represa de Furnas, como mostra a comparação abaixo

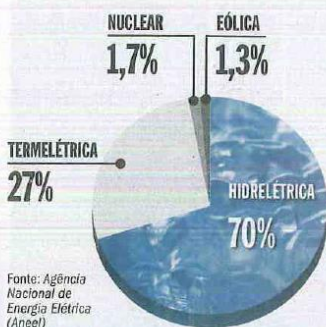
Fonte: Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)



CLAUDIO GATTI

A DEPENDÊNCIA DA ÁGUA

No Brasil, as usinas hidrelétricas respondem por 70% da capacidade de produção de eletricidade — o que é positivo, mas deixa o país dependente do regime de chuvas



mais úmida do ano, nessa região, começa em dezembro e termina em abril, mas as chuvas costumam chegar já nos meses de setembro e outubro. Foi o que ocorreu em 2011, mas não se repetiu neste ano. Modelos estatísticos utilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a entidade responsável pelo controle da operação de geração e transmissão de energia, estimam que, se as chuvas vierem na intensidade prevista para os próximos meses, os reservatórios do Centro-Oeste e do Sudeste voltarão a se encher e chegarão ao período de seca com 68% de sua capacidade. Mas como ter certeza? O país, mais uma vez, dependerá do imponderável da meteorologia. Em 2000, por exemplo, não choveu o suficiente. Veio o racionamento.

Os temporais isolados dos últimos dias pouco contribuíram para repor o

nível dos reservatórios. Agora só resta a torcida para que as chuvas finalmente caiam com intensidade na cabeceira dos rios. “Vivemos uma situação absolutamente delicada”, afirma o presidente da empresa CMU Comercializadora de Energia, Walter Fróes. “Mas é leviano, neste momento, dizer se haverá um novo racionamento ou não. É simplesmente impossível saber, pois dependemos de uma variável imprevisível: a chuva.”

O sistema brasileiro conta hoje com uma vantagem em relação ao período da crise energética da década passada. Depois do chamado apagão de 2000 e 2001, foram construídas dezenas de usinas termelétricas, movidas a gás e a óleo combustível. Mais caras do que as hidrelétricas, elas compõem o sistema de emergência e entram em operação sempre que os reservatórios de água estão

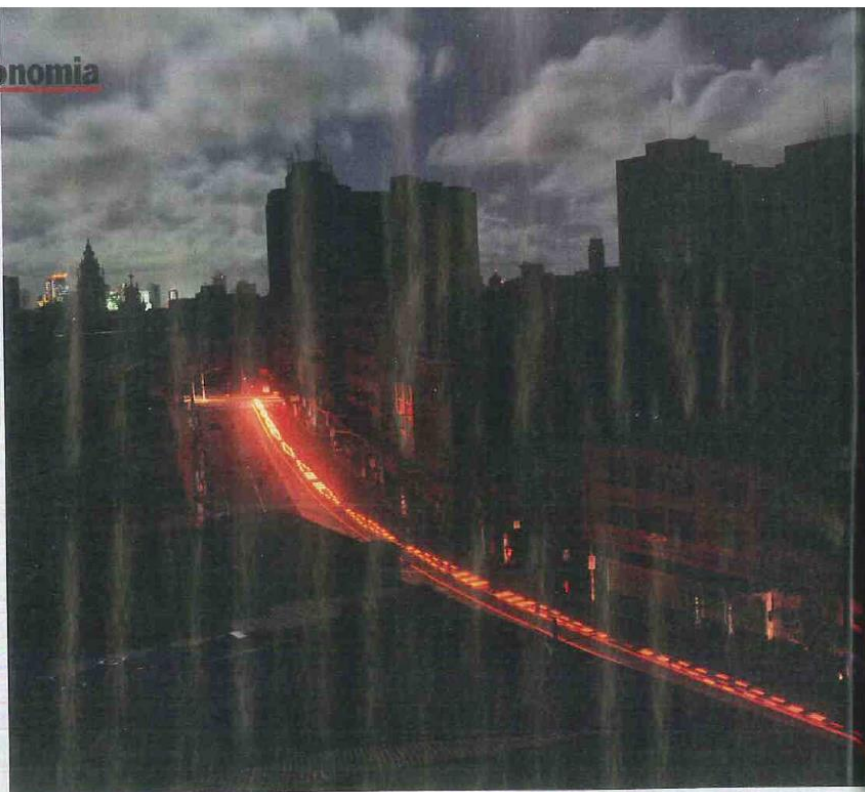
A Semana ■ Economia

RECIFE NO BREU

Desde setembro, seis grandes blecautes ocorreram no país, atingindo principalmente o Nordeste

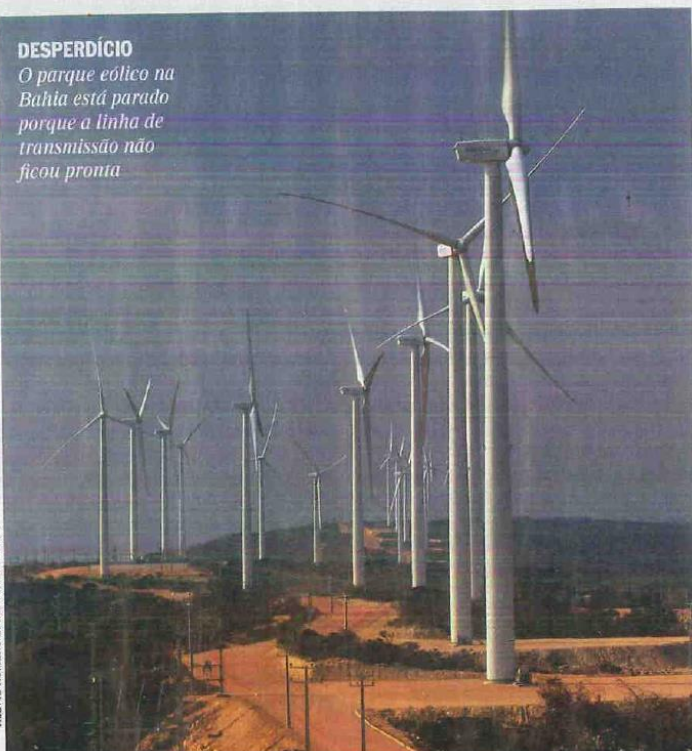
em baixa. É a situação atual. O ONS determinou o acionamento de todas as 68 usinas termelétricas disponíveis. Metade delas é movida a gás e a outra metade utiliza o extremamente poluente óleo combustível. É graças a essas usinas emergenciais que a possibilidade de um novo racionamento foi, até o momento, afastada. Manter essas unidades em atividade representa uma despesa ao redor de 500 milhões de reais ao mês, uma conta a ser transferida para os consumidores, anulando parcialmente a queda no preço das tarifas, prevista para o próximo ano. Mesmo com elas, o sistema energético encontra-se em seu limite. Não existe um único novo megawatt de energia alternativa disponível, caso as represas continuem a perder água.

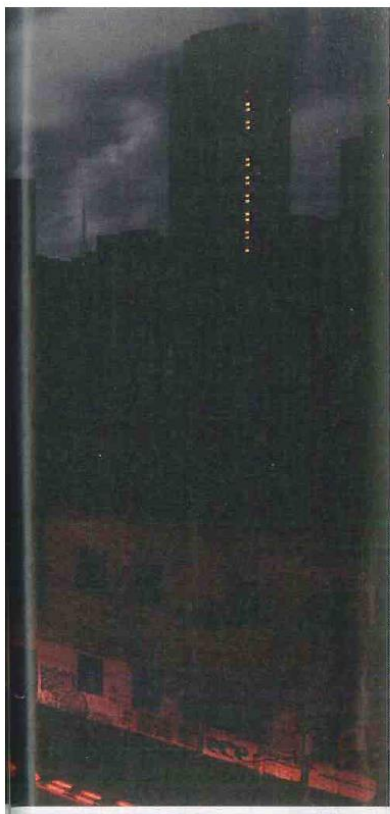
Apesar dos projetos de diversificação das fontes de eletricidade no país, as hidrelétricas ainda são responsáveis por 70% da capacidade instalada de produção. Isso é positivo, pois se trata da fonte mais barata e limpa. Para que essas usinas não fiquem à mercê das chuvas e possam funcionar a plena carga durante todo o ano, normalmente são construídos grandes reservatórios de água. No passado, quando havia sobra de capacidade no país, essas represas armazenavam água suficiente para que as turbinas permanecessem ativas por mais de um ano, mesmo sob a hipótese remota de não cair uma gota de chuva durante doze meses. Hoje, o sistema trabalha a plena carga. Até mesmo em anos mais chuvosos as represas chegam ao fim do período de seca em patamares baixos. Isso ocorre por dois motivos. Primeiro, os investimentos em novas usinas não têm acompanhado o crescimento da demanda. Além disso, as novas hidrelétricas, por questões ambientais, passaram a ser construídas com reservatórios pe-



DESPERDÍCIO

O parque eólico na Bahia está parado porque a linha de transmissão não ficou pronta





ALEXANDRE GONDIM/IC/BRACEMESTRADO CONTEUDO

queiros. Usinas na Amazônia, como Santo Antônio e Belo Monte, foram feitas para funcionar no sistema chamado fio d'água, com represas mínimas. Foi a maneira encontrada pelo governo para contornar a resistência de ativistas ambientais. O irônico é que, mesmo com todas as usinas programadas para ser construídas nos rios amazônicos, apenas 0,2% das áreas de floresta seriam alagadas. O dado revela como o discurso apaixonado de militantes desinformados poderá privar o país de uma importante fonte de energia. Ironia das ironias, o Brasil passará a depender cada vez mais de combustíveis fósseis.

A situação não seria tão delicada neste momento se o planejamento de obras previstas tivesse sido cumprido. Não foi o que ocorreu. Estão atrasadas as obras de diversas termelétricas que já deveriam estar prontas. Algumas delas ainda nem saíram do papel. O parque de energia eólica de Caetitê, na Bahia, dá outro exemplo das falhas na gestão do setor. O complexo, com capacidade para abastecer uma cidade de 540 000 residências, foi

inaugurado em julho. Seus 184 aerogeradores, porém, não podem funcionar. Motivo: a empresa responsável por erguer a linha de transmissão não concluiu as obras. Como resultado, o governo paga 100 milhões de reais por semestre por uma energia que não pode aproveitar.

Com o sistema no limite, as falhas passaram a ser frequentes. Desde setembro, houve seis grandes blecautes. O último deles foi no sábado 15. Áreas de doze estados ficaram no escuro. A "sorte", segundo os especialistas, é que o ritmo de crescimento da economia permanece fraco, principalmente na indústria. Se o PIB estivesse avançando a um ritmo mais acelerado, o país já estaria às portas de um racionamento. Espera-se que as chuvas finalmente reponham os reservatórios e não seja necessário chegar a essa medida extrema. Em 2001, o racionamento reduziu em mais de 20% o consumo de energia, mas ao preço de uma freada acentuada na atividade econômica. Um novo apagão fatalmente frustraria a expectativa de um "pibão" em 2013.

FALTOU COMBINAR COM SÃO PEDRO

O governo cortou o custo da energia neste ano. Mas, com a estiagem, as alternativas caras e as falhas de planejamento, ele deve subir de novo, com ameaça até de racionamento

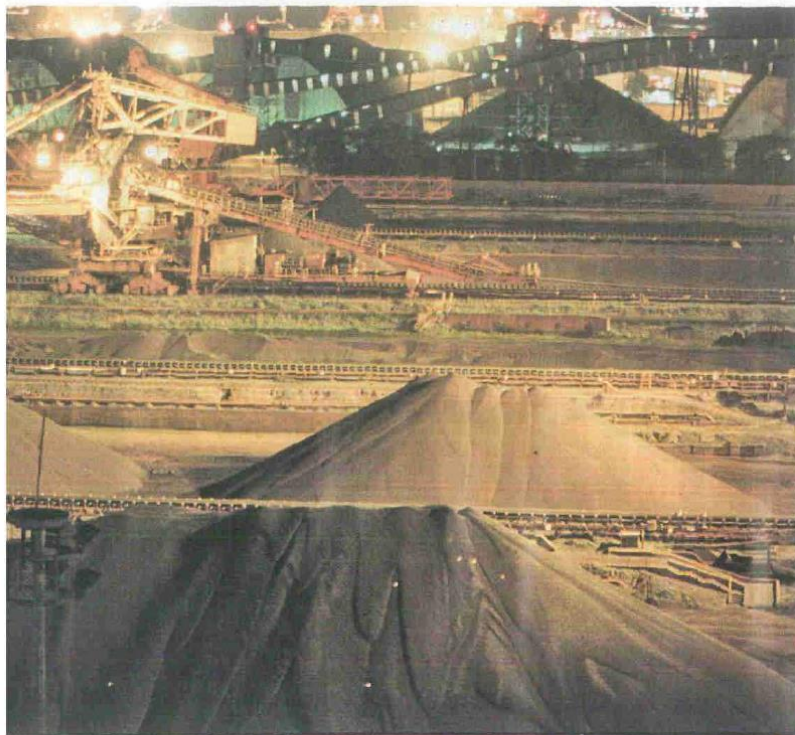
MALU GASPAR

O Brasil não está à beira de um racionamento, garante o governo. A presidente Dilma Rousseff acha "ridículo" aventar tal hipótese. O ministro Edison Lobão, de Minas e Energia, considera descabidas as dúvidas sobre o suprimento energético. "Não teremos racionamento. Podem usar a energia sem preocupação", disse ele a VEJA (leia o quadro na pág. 45). A realidade, no entanto, é menos rósea e mais incerta. Não apenas o nível da água dos principais reservatórios das hidrelétricas é inferior ao de antes do racionamento de 2001 como a probabilidade de o consumidor ser obrigado a economizar energia, segundo o próprio Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), subordinado a Lobão, chega a 18,7% no Sudeste e no Centro-Oeste, os maiores mercados. Tal risco foi suficiente para elevar o preço da energia no

curto prazo ao seu maior nível desde 2008 e próximo dos níveis de antes do racionamento, que reduziu em 20% o consumo de energia e provocou uma freada considerável na economia. "Mesmo uma pequena probabilidade já causa tensão, porque as consequências da escassez não são nada engraçadas", diz o consultor Mario Veiga, que trabalhou para o governo Fernando Henrique e se tornou interlocutor frequente de Dilma Rousseff. Veiga estima em 9% o risco de os reservatórios chegarem ao fim da época de chuvas, em maio, com 10% da capacidade. Abaixo disso, o sistema se torna impossível de controlar.

O mercado, que julga a realidade pelos números e não pelo palavreado das autoridades, fez sua própria interpretação. Grandes empresas e distribuidoras de energia começaram a redesenhar planos de investimento incluindo a variável da falta de suprimento de energia. As ações das companhias do setor caíram 18% na bolsa de valores e perderam 37,2 bilhões de

Brasil



EM CRISE Evidências da má gestão e da falta de planejamento: a Petrobras reduziu o fornecimento de gás a clientes como a Vale (acima) para suprir as usinas termelétricas; o parque eólico de Caetiú, na Bahia, está parado por falta de linhas de transmissão



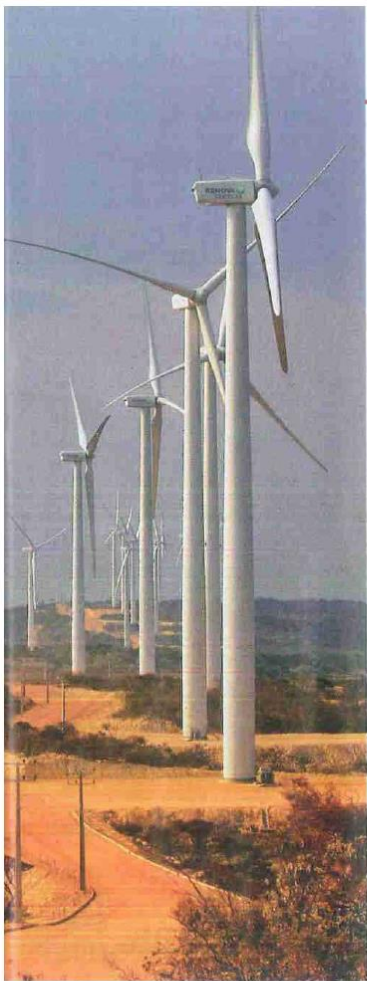
MILYD ROMERO/ESTADÃO CONTEÚDO

reais desde setembro, quando os primeiros sinais de estiagem se juntaram à decisão do governo de reduzir compulsoriamente o lucro dessas empresas para baixar a conta de luz. Com as usinas termelétricas operando a plena carga, a Petrobras resolveu, para não aumentar o risco, acionar duas usinas que estavam desligadas fazia tempo por serem caras e de difícil abastecimento. A estatal ainda cortou parte do gás que fornecia às plantas de minério da Vale no Espírito Santo, em um sinal de que pode, sim, faltar gás para abastecer ao mesmo tempo as térmicas e o resto do mercado.

Todo esse desconforto pode desaparecer se chover em grande quantidade nas cabeceiras dos rios que abastecem as hidrelétricas. As chuvas já co-

meçaram, e, embora os hidrólogos não estejam muito otimistas de que vá cair toda a água necessária nos lugares certos, esse tipo de previsão carrega um alto grau de incerteza. Uma coisa, no entanto, é certa: o custo da energia vai aumentar em 2013, sacrificando parte do desconto de 20% na conta de luz prometido pelo governo, porque as usinas térmicas são bem mais caras do que as hidrelétricas. A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) calcula em 5 bilhões de reais o custo extra a ser repassado aos consumidores — o que pode reduzir pela metade o desconto na conta, a não ser que o governo opte por compensar a diferença com dinheiro do próprio caixa. De todo modo, quem pagará a conta será o consumidor.

Apesar do alto custo, seria um erro encarar as térmicas como vilãs. Na verdade, elas — e, agora, as eólicas — funcionam mais como um seguro. “Sem as térmicas, estaríamos tão encurralados como em 2001, quando não havia plano B”, diz Afonso Henrique Moreira Santos, professor da Universidade Federal de Itajubá e ex-secretário de Energia do governo FHC. Não fosse o atraso na entrega de outras 63 térmicas e 75% das linhas de transmissão licitadas desde o governo Lula, o racionamento de 2001 seria apenas uma lembrança distante. Há casos até de usinas que estão prontas, mas não podem fornecer energia porque não há como transportá-la. É o que ocorre com a usina eólica de Caetiú, na Bahia, que está rodando à toa desde julho por falta de linha de transmis-



AGÊNCIA VALE

são. O custo, 400 milhões de reais por ano, será rateado nas contas de luz. "Para um país que paga tão caro pela energia, esse tipo de situação é inaceitável. Há um claro problema de gestão a ser resolvido", diz Roberto Pereira d'Araújo, do instituto Ilumina. A cobrança é pertinente. As pesadas críticas às falhas do governo tucano que levaram ao racionamento foram fundamentais para o PT ganhar a eleição de 2002. Tudo o que o governo não quer é que venham à tona evidências de que a gestão do setor elétrico continua com problemas. Se não chover bastante, esse debate ainda poderá se arrastar até 2014. Dilma e seus ministros não têm outra saída a não ser garantir que está tudo sob controle, enquanto acendem uma vela para São Pedro salvar a pátria.

"USEM A ENERGIA SEM MEDO"

Com a mesma convicção com que jura não haver ameaça de apagão, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, garante que está firme no cargo e que a presidente Dilma Rousseff nem cogita demiti-lo. Na semana passada, ele falou a VEJA.

Foi o pibinho que salvou o Brasil do apagão? Andam dizendo que, se o país tivesse crescido os 4% previstos, estaríamos no escuro. Está errado. Se o PIB tivesse crescido 4%, teríamos estoque de energia para isso. Nós não teremos racionamento. Não estamos na banguela. Se amanhã apagar o Nordeste, será por acidente, e não por falta de geração.

Se o sistema é eficiente, por que a população sofreu em 2012 com apagões? Não foi ruim. Houve seis apagões. Eu nem chamo de apagão, foi interrupção. Seis interrupções não são desejáveis, mas não são o fim do mundo. Isso acontece na maior parte do planeta.

Por que a presidente, ao voltar de viagem, preferiu chamar o número 2 do ministério, e não o senhor, para tratar desse assunto?

Você quer saber se estou enfraquecido? Não estou. Ela não quer me demitir. Eu fico. É ilusão supor que estou enfraquecido. Não vou sair. Não vou sair! Fui eu que mandei o Márcio Zimmermann lá. Eu estava numa reunião muito importante quando a presidenta

ligou. Ela disse: "Estou aqui no Alvorada e queria que você viesse". Aí eu disse: "Presidenta, não dá para mandar o Zimmermann? Estou em uma reunião importante aqui com o pessoal da Eletrobras". Ela disse: "Tudo bem".

A presidente, então, não está descontente com o senhor?

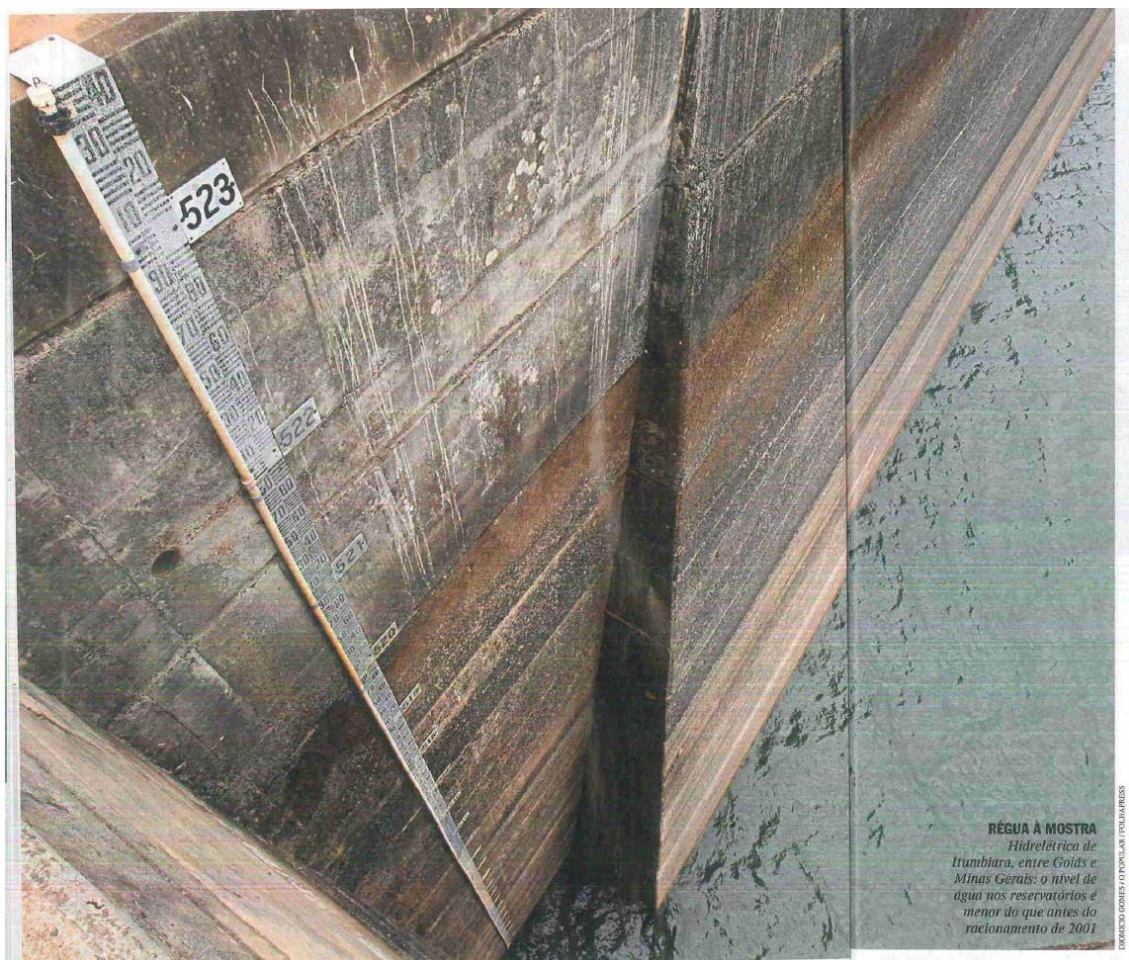
É só perguntar a ela. Pergunte! Eu estou com moral. De reforma ministerial eu não tomo nem conhecimento.

O brasileiro pode usar e abusar da energia elétrica? Outro dia me perguntaram se, nesse calorão, eu aconselhava o povo a não usar o ar-condicionado. Eu disse: usem a energia sem medo. Podem usar sem preocupação.

ROBSON BONIN



ANDRÉ BORGES / FOLIA PRESS



RÉGUA A MOSTRA
Hidrelétrica de
Trumbiara, entre Goiás e
Minas Gerais: o nível de
água nos reservatórios é
menor do que antes do
racionamento de 2001

IMAGEM: J. L. SILVA

Economia

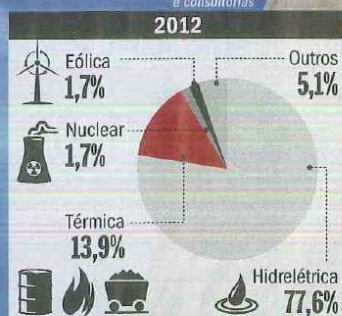
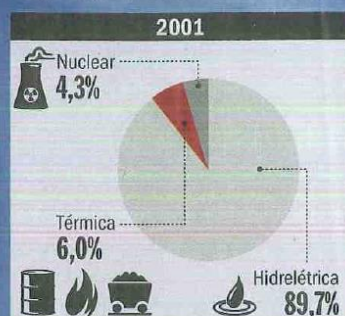
AS TÉRMICAS A TODO O VAPOR


O Brasil é líder na produção de energia a partir de fontes limpas e renováveis. Mas a falta de chuvas e de investimentos em hidrelétricas força o país a usar cada vez mais as térmicas movidas a combustíveis fósseis

MARCELO SAKATE E ANA LUIZA DALTRO

O BRASIL MAIS DEPENDENTE DAS TÉRMICAS

Fontes de geração elétrica, em % do total





O ano começou com o governo confiando no histórico do regime de chuvas e na meteorologia para afastar o risco do racionamento de energia. De fato, os primeiros dias de janeiro vieram acompanhados de chuvas, que voltaram a elevar, ainda que timidamente, os reservatórios das usinas hidrelétricas. Ainda assim, apenas em abril, no fim do período úmido, será possível diagnosticar com precisão o quadro para o abastecimento ao longo de 2013 e 2014. Até lá, as usinas termelétricas vão continuar a desempenhar papel fundamental para o parque gerador nacional, evitando por ora a necessidade de redução forçada do consumo. Movidas pela queima de combustíveis fósseis, como o gás natural, o carvão mineral e o óleo, as térmicas respondem hoje por quase 15% da eletricidade no país. Trata-se de um patamar superior ao do padrão histórico justamente porque o baixo nível dos reservatórios reduziu a geração pela fonte hidráulica. O uso das termelétricas faz parte de um modelo

concebido depois da crise energética — e do subsequente racionamento — de 2001, quando ficou evidente a necessidade de aumentar a segurança na oferta de eletricidade. O governo decidiu incentivar a construção de novas térmicas, cuja vantagem é não dependerem das variações climáticas para funcionar, ainda que o seu custo de operação e o impacto ambiental sejam maiores. No caso das usinas movidas a óleo diesel, o custo de geração foi em média 66% maior do que o da energia produzida em hidrelétricas desde 2005, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Um levantamento da consultoria Andrade & Canellas dá a dimensão da expansão das térmicas. Em 2001, havia 53 usinas desse tipo, com capacidade de 5 100 megawatts (MW). No ano passado, esses números haviam saltado para mais de 1 100 usinas, aptas a produzir 21 400 MW. Em termos relativos, ao longo de 2001, ano do racionamento, a geração térmica movida a combustíveis fósseis respondeu por 6% do total produzido. Em 2013, o percentual deverá se aproximar dos 20%.

SINAL DE FUMAÇA

Usina térmica de Candiota, no Rio Grande do Sul: o carvão mineral como alternativa energética

Economia

DIVULGAÇÃO



O uso das térmicas contribui para regular o nível das represas. Quando elas são acionadas, diminui a necessidade de geração das hidrelétricas, aliviando a pressão sobre o nível da água. Essas usinas, assim, podem ser consideradas um seguro a ser empregado em períodos de queda nos reservatórios. Nos últimos anos, independentemente do regime de chuvas, elas têm ganhado importância no fornecimento energético. Por pressão de ambientalistas, o governo abriu mão, na última década, de construir colossos como Itaipu, na divisa do Paraná com o Paraguai, ou Tucuruí, no Pará, cujas represas servem de poupança para os meses de estiagem. O resultado é que a capacidade somada de armazenamento de água não acompanha o crescimento do consumo no país. No fim dos anos 80, as represas eram capazes de garantir um ano de abastecimento. Hoje, o período não passa de cinco meses. Assim, é necessário ativar com uma frequência maior as térmicas, sobretudo em anos de poucas chuvas.

O modelo que reforçou a relevância das termelétricas é motivo de críticas. “O planejamento está equivocado”, afirma Ildo Sauer, professor do Instituto de

Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo. Para Sauer, o país deveria ter um número maior de hidrelétricas, com grandes reservatórios, e de parques de energia eólica, para não precisar utilizar tanto as usinas térmicas. Mas ele reconhece: “É ruim ter de usá-las, mas seria ainda pior não tê-las à disposição neste momento”.

Se os reservatórios estão cheios, as termelétricas ficam paradas e cobram uma tarifa para amortizar o investimento e cobrir a manutenção. Quando são postas para operar, elas recebem um

MENOS IMPACTO Térmica a carvão do empresário Eike Batista, no Porto de Pecém: tecnologia para minimizar a poluição

valor adicional, relativo ao custo do combustível. O custo para manter todas as térmicas em atividade, como ocorre agora, é da ordem de 900 milhões de reais por mês. O montante será repassado posteriormente à conta dos consumidores. Pelas regras atuais, essa fatura virá na conta de luz na forma de um encargo, a partir do próximo reajuste de cada distribuidora. Outra possibilidade

O CUSTO

Em reais por megawatt-hora (MWh)



Fontes: Empresa de Pesquisa Energética e Agência Europeia do Ambiente

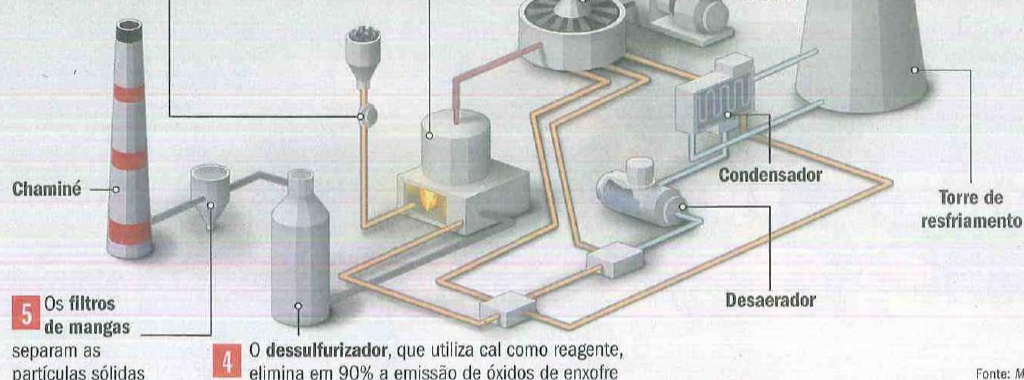
O carvão “limpo”

A termelétrica Pecém II, no Ceará, foi projetada para reduzir ao máximo a emissão de poluentes

1 O moinho pulveriza o carvão a ser queimado, de forma a reduzir desperdícios e a fuga de resíduos para a atmosfera

2 As caldeiras possuem queimadores de alta eficiência, capazes de diminuir as emissões de óxidos de nitrogênio em 75%

3 O calor produzido pela queima do carvão é absorvido pela caldeira e aquece a água. O vapor em alta temperatura e pressão movimenta as turbinas, acionando o gerador de energia



Fonte: MPX

é o governo obrigar o Tesouro a assumir essa despesa. Para as distribuidoras de energia, no entanto, a conta já chegou. Isso porque elas são obrigadas a pagar à vista pelo uso da energia gerada pelas térmicas, mesmo que só possam cobrar dos consumidores na data-base do reajuste. “Para algumas distribuidoras, a despesa com as térmicas chega a superar a geração de caixa. Isso significa que a situação atual pode não só afetar os investimentos como levá-las a um caso extremo de inadimplência”, diz Marco Delgado, diretor da Associação

Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

A despeito do custo, as térmicas, mais rápidas de ser construídas, deverão se multiplicar pelo país nos próximos anos. Apenas em 2013, mais de uma dezena delas entrará em operação, contribuindo para afastar o risco de um novo racionamento. A boa notícia é que novas tecnologias reduziram o impacto ambiental dessas usinas, sobretudo nas movidas a carvão mineral. Um exemplo é o do complexo de Candiota, no Rio Grande do Sul, cidade dona da principal

jazida de carvão do Brasil. “A má fama do carvão é muito ligada às termelétricas antigas, que não contavam com as tecnologias atuais”, diz Marcus Temke, diretor de operação da MPX. A empresa do bilionário Eike Batista na área de energia possui uma termelétrica a carvão em funcionamento em Pecém, no Ceará, que é tida como referência no setor (veja o quadro acima). A usina possui equipamentos destinados a evitar o despejo de poluentes na atmosfera.

De acordo com Maurício Tomalsquim, presidente da EPE, a empresa pública responsável pelo planejamento do setor, as térmicas manterão uma fatia entre 15% e 20% da energia produzida no país. O percentual é baixo em relação ao dos Estados Unidos ou da China, países nos quais mais de dois terços da eletricidade possuem origem fóssil, mas nunca foi tão elevado no Brasil e representará um novo desafio. “Para os projetos que serão entregues nos próximos anos, não há gás suficiente. Precisamos ampliar a produção interna desse combustível”, afirma Tomalsquim. A alternativa será ampliar a importação de gás, a um preço ainda mais elevado. ■

A POLUIÇÃO

Emissão de poluentes, em gramas por megawatt-hora (MWh)

	Carvão mineral	Óleo combustível	Gás natural
Gás carbônico (CO₂) Responsável pelo efeito estufa	26 300	21 500	15 600
Dióxido de enxofre (SO₂) Gás tóxico, provoca doenças respiratórias	213	375	0,2